

Macroeconomia

AGOSTO DE 2017

1. PANORAMA INTERNACIONAL

Segundo o FMI, a economia mundial deve crescer 3,5% em 2017, tendo grande importância os países desenvolvidos (países da zona do Euro e Japão) mais China, que teve um primeiro trimestre forte em 2017 e deve manter os estímulos fiscais.

Nos países em desenvolvimento, como Brasil, México e Rússia, apesar do crescimento continuar baixo, ele vem em tendência de alta e também dão sinais de inflação dentro das metas.

O preço do petróleo caiu devido ao excesso de estoques nos EUA, o que rebateu a recuperação de preços no produto que vem ocorrendo desde 2016.

Ainda sobre os EUA, houve novamente uma revisão para baixo do crescimento econômico, de 2,3% para 2,1%, já que a política econômica não será tão expansionista como esperado.

Ainda assim, os dados de consumo das famílias e de emprego estão bons, levando os dados de confiança ao crescimento.

Os problemas causados pelos furacões, que provocaram grandes estragos em cidades da Flórida, devem afetar pouco a economia americana, com efeito provavelmente já neutralizado no último trimestre.

Por fim, esses furacões devem afetar, além da cadeia da laranja, também a cultura do algodão - se chegar à Geórgia - e a indústria madeireira.

A maior economia europeia, a Alemanha, vem apresentando dados que estão desapontando os analistas, com quedas nas importações (4,5%) e nas exportações (2,8%). Isso gera um grande superávit comercial, que está sendo criticado por, supostamente, 'desestabilizar o comércio mundial'.

A Inglaterra está sofrendo uma queda na renda disponível da população, pois a inflação está crescendo mais que os salários. Ainda sob desconfiança do Brexit, que aparentemente ninguém sabe como vai terminar, a expectativa de crescimento está baixa para 2017. Se a inflação ceder, os resultados poderão ser melhores em 2018.

Os dados sobre a economia japonesa surpreenderam, vez que demonstram crescimento acima do esperado, assim como o consumo das famílias. Neste cenário, segundo o Bank of Scotia, o crescimento japonês deve ser

de 1,7% em 2017. Mesmo com a taxa de juros próxima de 0%, a inflação segue controlada.

A China aguarda a reunião do Partido Comunista Chinês, que ocorrerá em outubro, para revelar as novas diretrizes políticas do país. Nessa reunião, a maioria dos membros do comitê de políticas públicas será trocada, devendo significar uma maior força às reformas de Xi Jinping.

Apesar da desaceleração, a economia chinesa segue acima da meta de 6,5% de crescimento do PIB, com o Banco Popular da China anunciando que manterá as políticas neutras, ou seja, devendo manter o que se faz hoje.

Os dados sobre o crescimento indiano desaceleraram em razão da redução dos investimentos público e privado, que podem ser sinais da grande reforma econômica pela qual a Índia vem passando. Isso deve levar o Banco Central Indiano a baixar a taxa de juros.

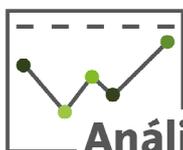
Como dito nos outros boletins, as monções foram um pouco acima da média, o que favoreceu a agricultura indiana. Se as chuvas ficarem dentro do normal, a pressão do preço dos alimentos deve ser baixa, o que reforça o ponto levantado no parágrafo anterior.

A macroeconomia taiwanesa segue com juros baixos (1,375%), aproveitando o período de baixa inflação. O PIB do país deve crescer 2,2% em 2017, puxado principalmente pelas exportações.

Em agosto, foi aprovado o programa de infraestrutura, saúde e bem-estar social. Resta agora acompanhar o recém empossado primeiro ministro, William Lai, que é conservador do ponto de vista de gastos governamentais.

O governo peruano aprovou um plano de reconstrução pós El Niño de mais de 5 bilhões de dólares. Deve-se ressaltar que haverá Jogos Panamericanos no Peru e eles estão construindo toda a infraestrutura.

O efeito desse fenômeno atmosférico ainda afeta a economia peruana: o PIB, que este ano cresceu 2% até o momento, está abaixo do esperado, pois a oferta ficou aquém da prevista; já a inflação ficou acima do esperado devido ao efeito do El Niño sobre a produção agrícola peruana. Apesar disso, o Banco Central sinaliza que os juros devem baixar 25 ou 50 bps em 2017.



2. BRASIL

O PIB brasileiro, segundo o Banco Central (Bacen), deve crescer em 2017 0,34%, mas com viés de alta para os próximos meses. Dados da FGV, no entanto, colocam o crescimento abaixo disso, em 0,24%.

O setor da construção civil é o que apresenta o pior desempenho, com queda de 7,4%. Ocorreu também queda o consumo das famílias.

Outro ponto negativo é a queda na formação bruta de capital fixo, que caiu 5,1% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Esse dado mostra que a confiança dos empresários ainda é baixa.

Segundo o índice das top 5 do Boletim Focus, a inflação deve ficar em 3,5% em 2017, sendo esse um dos reflexos da crise, que causou uma queda na atividade industrial do país. A meta é de 6%, e assim o país deve ficar dentro da meta com folga.

A balança comercial foi superavitária em agosto, com automóveis, aviões, petróleo, farelo de soja e café em grãos se destacando, no entanto, a retração nas importações traz uma má notícia para a agricultura: a compra de adubos e fertilizantes está em baixa, o que pode afetar a produtividade nas próximas safras.

O câmbio está se valorizando em relação ao dólar, tendo a cotação da moeda norte-americana chegado a R\$ 3,09 na primeira semana de setembro. Isso ocorreu devido aos

números em relação à inflação norte-americana, que deve reduzir a velocidade do aumento de juros lá.

Já o desemprego recuou 0,2 p.p, ficando em 12,8%, o que se traduz em 13,3 milhões de desempregados. Em relação ao mesmo trimestre do ano passado, o Brasil ainda está pior, visto que a taxa de desemprego era de 11,6% nesse período.

Muitas das vagas criadas foram no mercado informal, o que mostra que a carga sobre contratações com carteira assinada ainda é muito pesada.

Uma reforma importante e que deve ser acompanhada de perto pelo setor produtivo é a aprovação da Taxa de Longo Prazo (TLP), que substituirá a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). A diferença é que a atual fica abaixo da taxa praticada pelo mercado (atualmente, 7% contra 9,25% da Selic), e a TLP deve convergir para o valor de mercado.

Em se falando de juros, a recuperação brasileira dependerá bastante da confiança dos investidores estrangeiros no Brasil, assim, o governo deve prosseguir com as reformas ou deve repensar a política de juros baixos, pois com o déficit já certo, deve-se reduzir custos ou hipotecar o futuro com o pagamento de juros.